O Instituto do Ceará no século XX

PEDRO ALBERTO DE OLIVEIRA SILVA(*)

Estamos participando, nesta tarde, da última sessão de aniversário do Instituto do Ceará, no século XX e no segundo milênio da era cristã. Depois de amanhã, 4 de março de 2000, nosso sodalício estará completando cento e treze anos de existência, fundado que foi em 4 de março de 1887.

Durante esse tempo, oitenta e quatro companheiros que antecederam os quarenta atuais, deram continuidade ao idealismo e determinação de seus doze fundadores.

Esta data, tão especial pela sua localização cronológica, mereceria um comentário histórico mais aprofundado sobre o que foi realizado pela nossa agremiação cultural, durante tantos anos. Dispomos de pouco tempo para caracterizarmos o que fomos, o que somos e quais são nossas perspectivas no futuro.

Para compreendermos melhor o que somos, temos que começar pelo início, não obstante ser conhecido pela maioria daqueles aqui presentes. Não faremos digressões explicativas, apenas recordaremos fatos.

Uma necessidade social, um ideal, uma iniciativa corajosa de doze sócios, que já ficaram na história, deram início às atividades culturais do Instituto do Ceará, como já dissemos. O complemento histórico, geográfico, antropológico é mais recente.

O primeiro Estatuto merece ser lembrado e prima pela síntese e objetividade.

"O Instituto do Ceará, com sede em Fortaleza e fundado no dia 4 de março de 1887, tem por fim a cultura da História , Geografia e Etnografia do Brasil, especialmente do Ceará. Além desse fim

(*) Sócio Efetivo do Instituto do Ceará.

especial o Instituto se empenhará por todos os meios ao seu alcance para o desenvolvimento geral das ciências e das letras no Estado".

Esses objetivos refletiam, muito bem, o espírito predominante naquela época, entre os intelectuais, de criar sociedades lítero científicas com muitas finalidades, mas dificilmente concretizáveis em seu todo. No caso especial do Instituto do Ceará, apenas a segunda parte do estatuto não pode ser realizada. O estudo da História, Geografia e Etnografia era necessário para o conhecimento mais aprofundado da terra e da gente cearense.

Não será demais rememorar os nomes daqueles doze pioneiros: Paulino Nogueira Borges da Fonseca (Desembargador), Guilherme Studart (Médico), Joaquim de Oliveira Katunda (Professor), João Batista Perdigão de Oliveira (Funcionário Público), Antônio Bezerra de Menezes (Funcionário Público), Juvenal Galeno da Costa e Silva (Funcionário Público), João Augusto da Frota (Padre), Antônio Augusto de Vasconcelos (Professor), Virgílio Brígido (Advogado), Virgílio Augusto de Morais (Advogado), Júlio César da Fonseca Filho (Funcionário Público), José Sombra (Médico). Este último faleceu em 1888, tendo como sucessor Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, e Júlio César exonerou-se da categoria de sócio efetivo, em 1906, "depois de vinte anos de exercício na cadeira de número oito e passou a sócio honorário pelos serviços prestados à Sociedade".

O consócio Boanerges Facó em seu artigo "Os fundadores do Instituto do Ceará", publicado em nossa revista de 1967 (nos oitenta anos do Instituto), fez uma síntese biográfica de cada fundador. Eusébio de Sousa publicou o mesmo tema em seu livro *Meio século de existência*, Tip.Minerva, Fortaleza, 1937.

Os fundadores deviam possuir um mesmo ideal, mas não tiveram o mesmo empenho em sua concretização. Bem define essa realidade o historiador José Honório Rodrigues em um trecho da introdução do Indice Anotado da Revista do Instituto do Ceará, publicado em 1959, no qual, depois de discorrer sobre a historiografia cearense, referindo-se ao Instituto afirma: "Reuniu um corpo dedicado de estudiosos, alguns pouco treinados, mas cheios de devoção ao novo trabalho".

Certo é que a instituição foi criada com a finalidade principal de resgatar a memória histórica cearense, através de fatos documentados, e estudar o meio geográfico e social onde eles aconteceram.

Seus membros, em sua maioria, não tinham vocação acadêmica beletrística. Aliás, a historiografia interpretativa subjetivista era praticamente desconhecida naquela época. Os fatos e acontecimentos eram descritos baseados na informação documental escrita ou na tradição oral de boa procedência testemunhal e devidamente analisada. A interdisciplinaridade das ciências humanas ainda não tinha alcançado o desenvolvimento atual. Grande parte das fontes históricas do passado cearense ainda estavam guardadas em documentos de toda ordem: cartoriais, administrativos, religiosos, epistolares e outros.

Dois fatores explicam a longa existência do Instituto: o destaque social de alguns de seus sócios, em cada período de sua existência, e a qualidade da contribuição cultural que legou ao Ceará, através de sua revista, e muitos livros de autoria de sócios efetivos..

O primeiro número da Revista foi publicado em julho de 1887, sob a direção de Paulino Nogueira, Virgílio Augusto de Morais e Antônio Augusto de Vasconcelos. A partir de 1891 ficou sob a direção do Barão de Studart até sua morte, em 1938.

Nesta passagem de século é merecido recordar os primórdios de nossa academia. A Diretoria era chamada de " mesa administrativa" sendo constituída por um Presidente, um Vice- Presidente, dois Secretários (1º. e 2º.), um Tesoureiro e um Orador. Não existia o cargo de Bibliotecário. As Comissões denominavam-se: Comissão de Estatutos, Comissão de História, Geografia e Estatística, Comissão de Ciências e Letras, Comissão de Aquisição de Documentos e Comissão de Admissão de Sócios.

Ao surgir o século XX a RIC (Revista do Instituto do Ceará) já se apresentava como um marco importante da historiografia cearense. A assinatura anual custava 6$000 reis. O tomo XVII, referente a 1903, foi comemorativo ao Tricentenário da Colonização do Ceará, e impresso pela Tip Studart. O primeiro artigo desse

tomo intitulava-se "Será possível a prioridade dos portugueses no descobrimento da América", de autoria do Pe. Carlos Teschauer S.J., e a maioria dos demais referiam-se, principalmente, aos primórdios da colonização do Ceará e registrava os festejos comemorativos daquele fato realizados em Fortaleza.

Durante os cento e treze anos de sua existência, a Revista foi publicada ininterruptamente.todos os anos, acrescentando, ainda, a publicação de oito tomos especiais: 1924 TE 1 (Centenário da Confederação do Equador); 1929 TE 2 (Falecimento do Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil); 1938 TE 3 (Falecimento do Barão de Studart); 1956 TE 4 (Centenário do Barão de Studart); 1972 TE 5 (Sesquicentenário da Independência do Brasil); 1977 TE 6 (90°. Aniversário do Instituto do Ceará); 1984 TE 7 (Centenário da Abolição da Escravidão no Ceará); 1987 TE 8 (Centenário do Instituto do Ceará).

Nas décadas posteriores o Instituto do Ceará destacou-se na vida sociocultural de Fortaleza. Não obstante o reconhecimento público de sua importância, somente, já oitentão, possuiu o Sodalício uma sede própria, funcionando, até ali, de favor, em vários locais de Fortaleza. Fato que certamente trazia grande prejuízo ao acervo, crescente, de livros e documentos. A primeira, localizou-se em uma das salas da Biblioteca Pública do Ceará, em antigo prédio situado na esquina das ruas Guilherme Rocha e Cel Bizerril, cedida pelo Presidente da Província, Dr. Eneas de Araújo Torreão.Em 1896 foi para o pavimento térreo do Edifício da Assembléia Legislativa, sob os auspícios do Presidente do Estado, Dr Nogueira Accioly. Em 1903, teve que se mudar para uma casa alugada na rua Floriano Peixoto, pois aquele prédio veio a ser ocupado pela Faculdade de Direito, recém-criada. A biblioteca e o arquivo foram alojados em dependências da Prefeitura Municipal e posteriormente em prédio da Inspetoria de Obras Contra as Secas, enquanto suas reuniões realizavam-se na residência do Barão de Studart, localizada na rua Barão do Rio Branco.

Em 1908, com o falecimento do Des. Paulino Nogueira, assumiu a presidência do Instituto o Dr. Thomaz Pompeu de Sousa Brasil, ficando no cargo até 1929, quando, pela sua morte, foi sucedido pelo Barão de Studart.

Com a publicação da Lei n. 234, de 26 de junho de 1929, conforme projeto de autoria do vereador Euclides Aires, o Instituto passou a receber uma ajuda pecuniária, anual, da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Era prefeito o Dr. Álvaro Weine. Poucos anos depois, na interventoria do Major Roberto Carneiro de Mendonça (1931-1934), recebeu uma das maiores provas de seu prestígio. O Dec. nº. 751, de 9 de setembro de 1932, determinava que "nenhum nome de vila, cidade, praça ou logradouro público dos municípios estaduais será mudado, sem prévia audiência do Instituto." Em 1934, aquele governo manteve uma subvenção anual de"auxílio a Revista", e autorizou o uso de dois salões do Arquivo Público do Estado, ao lado do Museu, situado na Rua 24 de Maio.

Durante os preparativos para a comemoração do cinquentenário, a ocorrer em 1937, foi "reconhecido de utilidade pública" pela Lei n. 100, de 15 de maio de 1936. No final daquele ano, a Lei nº. 236, de 10 de dezembro, legalizou a cessão de salas do Arquivo Público, para nelas instalar-se o Instituto, enquanto não tivesse sede própria, e autorizou a "abertura de um crédito especial de quinze contos de réis (15:000$000), ao que o governo deu execução, destinado ao custeio de um Congresso Regional de História e Geografia e de outras despesas em comemoração ao cinqüentenário dessa proveitosa associação".

Para termos uma idéia do que representava essa quantia, naquele mesmo ano, a casa onde se diz ter nascido o escritor José de Alencar, em Messejana, foi comprada pela Prefeitura Municipal que pagou a importância de três contos de réis (3:000$000) ao ancião Antônio Barros, cunhado daquele escritor.

As sessões comemorativas do cinquentenário tiveram início no dia 28 de feveiro de 1937 e terminaram em 4 de março. No dia anterior foram inaugurados os retratos dos fundadores e aquele do Major Roberto Carneiro de Mendonça, que havia sido eleito Sócio Benemérito, aliás, o único a ter esse título honorífico até aquela data.

Em 1938, morreu o Barão de Studart, o mais destacado dos fundadores do Instituto, assim considerado pelo seu amor à instituição que ajudou a fundar, e pela qualidade e vulto de seu

trabalho de historiador. José Honório Rodrigues, na introdução do Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará, publicado em 1959, já citado, afirma que o desaparecimento daquele benfeitor, marca o fim de um período da história do Sodalício.

Naquela época a entidade possuia dezesseis sócios efetivos, assim distribuídos na Diretoria: Presidente – Barão de Studart: Vice Presidente – Des. Álvaro Gurgel de Alencar; 1º. Secretário – Dr. Eusébio de Sousa; 2º. Secretário – Dr. Carlos Studart Filho; 3º. Secretário – Prof. Martinz de Aguiar; Tesoureiro – Dr Antônio de Andrade Furtado. Oradores – Drs. Djacir Meneses e José Waldo Ribeiro Ramos; Bibliotecário – Profa. Maria Rodrigues Peixe (Alba Valdez). Comissões: de Admissão de Sócios ; Theodorico da Costa, Thomaz Pompeu Sobrinho e Abner Vasconcelos. História, Manuscritos e Arqueologia: Álvaro Alencar, Hugo Victor e José Pedro Soares Bulcão. Geografia, Etnografia e Ciências Sociais: Djacir Meneses, Waldo Ribeiro Ramos e Guilherme de Sousa Pinto. Ciências e Letras: Dr. Antônio de Andrade Furtado, Martinz de Aguiar, Alba Valdez e Clodoaldo Pinto. Revista: Thomaz Pompeu Sobrinho, Eusébio de Sousa, Carlos Studart Filho e Martinz de Aguiar.

Em 1939, volta a funcionar no prédio da Assembléia Legislativa, ocupando salas de sua parte oriental, e permanecendo ali até 1951. Foi destacada nesse empreendimento, a participação do Sócio Antônio de Andrade Furtado junto ao então Interventor Federal, Dr. Francisco de Meneses Pimentel.

Em 1944, foi adquirida uma tipografia, destacando-se nesse fato o empenho dos sócios Thomaz Pompeu Sobrinho, Raimundo Girão e Antônio Martins Filho.

Naquele mesmo ano o Estatuto foi modificado. Os principais objetivos de 1887 continuaram os mesmos. Formalizou-se, entretanto, a colaboração de estranhos nos artigos da Revista, o que já vinha ocorrendo, e tratou-se da manutenção de um museu antropológico e de uma sessão iconográfica. O quadro social passou a ser constituído por vinte sócios efetivos, sócios correspondentes em número ilimitado, e por vinte sócios honorários.

Destaque curioso era o Art. 10 que determinava: "O sócio efetivo que, em caráter permanente, mudar de residência por tempo

superior a dois anos, para lugar de onde não possa frenqüentar as sessões, passará a categoria de correspondente, mas readquirirá, os seus direitos e toda plenitude, se vier novamente residir em Fortaleza.

O Art. 12 afirmava: "Dar-se-á a vaga da cadeira e consequentemente a perda dos direitos de sócio efetivo por: 1 – morte: 2 – renúncia expressa. 3 – renúncia presumida. 4 – falta de freqüência não justificada às sessões durante seis meses consecutivos. 5 – mudança de categoria".

O capítulo VII tratava, especificamente, em sete artigos, sobre a Biblioteca e Arquivo. O VIII. Sobre a Arca do Sigilo. Nas disposições transitórias, o Art. 42 dizia: quando os recursos sociais o permitirem, serão instituídos prêmios e medalhas de distinção, visando a incentivar o gosto pelo cultivo da História, da Geografia e da Antropologia do Ceará. Não obstante aquele Estatuto ter sido publicado no D.O. de 30 de dezembro de 1944,quando deu destaque ao estudo da Antropologia e não fazendo referência a Etnografia, o tomo da revista de 1945 não apresentava nenhuma mudança nas Comissões, repetindo a mesma estrutura de 1937.

Continuando essa retrospectiva, o tomo LVIII (1944) publicou um Índice Geral da Revista do Instituto do Ceará, de autoria do Dr. Raimundo Girão, abrangendo do tomo I ao LVII, organizado em ordem alfabética por autor e por assunto. Anteriormente, o Barão de Studart e o Gen. Carlos Studart Filho haviam elaborado dois outros, chegando a 1918 e 1931, respectivamente.

Em 1953 a RIC publicou o excelente trabalho da bibliotecária Maria da Conceição Sousa, intitulado Catálogo analítico dos assuntos contidos na revista do Instituto do Ceará, o mais organizado e completo, até aquela data. Abrangia os anos de 1887 até 1951, ocupando dois terços do tomo LVII (1953). Em 1959, foi publicado pela Imprensa Universitária do Ceará, o Índice Anotado da Revista do Instituto do Ceará, de autoria do historiador José Honório Rodrigues, anotando os artigos e informações por autor e assunto, abrangendo os tomos I (1887) ao LVIII (1954). A introdução dessa obra contém um estudo sobre a historiografia cearense e faz uma análise crítica sobre o Instituto.

Depois de 1950, o Instituto passou a lutar por autonomia para poder continuar sua missão. Frente às mudanças de toda ordem, principalmente na área educacional de nível superior, nas comunicações e na imprensa, não havia mais espaço para pequenas associacões literárias e culturais de caráter diletantista. A criação da Faculdade Católica de Filosofia do Ceará e da Universidade Federal do Ceará, a primeira para formar professores, são testemunhos desse fato. Novos campos se abriam para as ciências humanas.

Foram, novamente, as lideranças do Instituto que procuraram vencer as dificuldades. Já possuíamos uma tipografia, era urgente adquirirmos uma sede própria, pois, em 1951, a Assembléia Legislativa do Estado solicitou a devolução de seu prédio ocupado, parcialmente, por nosso sodalício.

Naquele impasse, uma comissão composta pelos Drs Raimundo Girão, Dolor Barreira e Mozart Soriano Aderaldo foi designada para se entender com o presidente do Legislativo, Dr Raimundo Ivan Barroso de Oliveira. O Professor Renato Braga, como deputado estadual e o Dr. Plácido Aderaldo Castelo, então Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura e obras públicas, ambos sócios do Instituto, defenderam nossos interesses naquela casa contando com a boa vontade do Governador Raul Barbosa foi acertado um acordo, referendado pela Lei n. 1105, de 23/10/1951, pela qual nossa instituição passou a funcionar juntamente com o Museu Estadual, em prédio localizado ao lado do atual quartel general da 10a Região Militar. Logo depois mudou-se de novo, pois aquele edifício teve que ser demolido para no local ser construído o Forum Clóvis Beviláqua.

Finalmente, através da Lei n.3260, de 07/08/1956, ganhamos uma sede própria, localizada na Av. Visconde de Cauipe nº. 2431 (atualmente Ave. da Universidade), onde funcionava o Grupo Escolar Rodolfo Teófilo que foi para outro local. Graças a ela o Reitor da Universidade Federal do Ceará, Dr. Antônio Martins Filho, necessitando ampliar as instalações da Faculdade de Ciências Econômicas, comprou um prédio localizado na Praça do Carmo, onde estamos atualmente, e propos trocá-lo por aquele da Av. Visconde de Cauipe. Entretanto, era necessário que o Estado for-

malizasse a doação daquele prédio ao Instituto. Mais uma vez os notáveis da Casa do Barão de Studart interferiram no destino da entidade. Pela Lei nº. 8692, de 28/12/1966 foi conseguido aquele intento. Era governador do Estado do Ceará o Dr. Plácido Aderaldo Castelo, Secretário Estadual de Cultura, o Dr. Raimundo Girão e Secretário de Administração, o Dr. Mozart Soriano Aderaldo. Todos três sócios efetivos.

Materializou-se, assim, um anseio muito antigo. Em sessão realizada no dia 5 de março de 1930, o consócio Eusébio de Sousa afirmava "Quem espera sempre alcança, diz a sabedoria popular. Aguardemos o dia de amanhã. Questão de tempo, mais cedo ou mais tarde, o Instituto converterá em realidade a sua ambição. Teremos um prédio próprio, onde melhormente possamos guardar nossas relíquias... Há de chegar o dia de nosso triunfo. Ao meu ver, isso sucederá somente quando melhor formos compreendidos pelos homens que nos governam." Nosso saudoso Comendador Luís Sucupira complementou em 1967: "Eusébio de Sousa poderia ter acertado mais seguramente se tivesse declarado que isso somente sucederá quando homens do Instituto passarem a ocupar postos no Governo."

Quando da obtenção da sede própria, o Instituto era uma instituição cultural reconhecidamente útil à sociedade e cumprindo seus objetivos. Havia resgatado grande parte da história do Ceará, e registrado preciosas informações documentais em sua revista, sem o que fatalmente teriam se perdido na voragem do tempo, devido, principalmente, à omissão governamental em zelar pela guarda e manutenção de documentos oficiais e informações outras, tão necessárias à solidificação da consciência nacional.

Consolidando sua maioridade cultural, havia publicado o Instituto do Ceará a Coleção História e Cultura constituída por nove obras: ARARIPE, Tristão Alencar. História da Província do Ceará. 2ª ed. – v.- 1958; STUDART Filho, Carlos. Estudos de história seiscentista – v2 – 1959; BRASIL, Thomaz Pompeu de Sousa. Correspondência do Senador Pompeu, organizada e anotada por José Aurélio Câmara v.3 – 1960; STUDART Filho, Carlos. A Revolução de 1817 no Ceará e outros estudos – v.4 – 1961; GIRÃO,

Raimundo. Matias Beck fundador de Fortaleza – v.5 – STUDART Filho, Carlos. Os aborígenes do Ceará – v.6 – 1965; STUDART Filho, Carlos. Páginas de história e pré-história – v.7 – 1966; Três documentos do Ceará Colonial: Relação do Maranhão, Relação do Ceará, Diário de Matias Beck – v.8 – 1967; ROCHA Filho, Joaquim Dias da. Vida do Brigadeiro Leandro Bezerra Monteiro (Notas de José Denizard de Macedo) – v.9 - 1968. Afora outros trabalhos pertencentes a *Coleção Instituto do Ceará,*destacando-se dentre eles: GIRÃO, Raimundo. História Econômica do Ceará, Editora Instituto do Ceará, 1947; SOUSA, Eusébio de. História Militar do Ceará. Editora do Instituto do Ceará, 1950; CASTELO, Plácido Aderaldo. História do Ensino no Ceará. Departamento de Imprensa Oficial, 1970.

Nessa fase áurea da Casa do Barão de Studart, toma posse o Gen.Prof. Carlos Studart Filho, eleito presidente, substituindo o Dr. Thomaz Pompeu Sobrinho, falecido em 1967. Logo depois, Carlos Studart foi aclamado Presidente Perpétuo, tendo exercido esse cargo até sua morte em 1982. Durante sua administração recebeu o apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, criada no governo do professor Plácido Aderaldo Castelo, e que teve como seu primeiro Secretário o historiador Raimundo Girão.

Apesar de relativa estabilidade, o Instituto, para alguns sócios, necessitava de mais dinamismo para manter seu status frente ao desenvolvimento cultural ocorrido naquela época. Em 1969, em discurso saudando o novo sócio, Oswaldo de Oliveira Riedel, Raimundo Girão definiu, assim, seu ponto de vista: "Vê-se que o Instituto do Ceará está em grave débito para com as suas responsabilidades e o seu renome. Já dispõe das armas com que combater, instalado em sede própria e condigna, dispondo de rica biblioteca e valioso arquivo, porém lhe está faltando o comando de nova e imperiosa investida. O que se há produzido, afora a Revista, está ainda sem o devido método, de seleção e distribuição de matéria: é mais contribuição individual dos sócios do que do sodalício por si mesmo." Girão, com seu idealismo, talvez não percebeu que a conjuntura sociocultural de Fortaleza estava mudando e que os sócios da Casa do Barão de Studart já não dispu-

nham das mesmas oportunidades, até alí então existentes, para uma dedicação maior ao sodalício. A Revista, porém, continuou cumprindo sua missão, e a biblioteca aberta ao público pesquisador.

Com a morte do Gen. Carlos Studart Filho, em abril de 1982, sucedeu-lhe, na presidência, o prof. Mozart Soriano Aderaldo até março de 1983. A perpetuidade do cargo foi então abolida, sendo eleito para o biênio 1983 – 1985 o general Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira. Durante sua gestão foi ampliada a área útil do prédio, com o aproveitamento de suas dependências térreas, até então inativas. Esta realização deveu-se ao patrocínio do Banco do Nordeste do Brasil.

Novo impulso recebe a instituição com a eleição do prof. Antônio Martins Filho para a presidência, na qual permaneceu de 1985 a 1989. Graças ao seu empenho junto ao Governador Gonzaga Mota, foi construído o belo auditório Thomaz Pompeu Sobrinho que muito distingue o Instituto do Ceará. Demonstrando ainda respeitável vitalidade cultural, o Instituto, em convênio com a Universidade Federal do Ceará, promoveu no segundo semestre de 1985 um curso de História Geral do Ceará, ministrado por sócios efetivos através de conferências.

Seguindo-se à presidência do professor Mozart Soriano Aderaldo (março de 1989-1991), foi eleito o professor Geraldo da Silva Nobre, permanecendo nela por dois biênios (março de 1991 a 1995). No biênio compreendido de março de 1995 a março de 1997 retorna à presidência o Gen. Tácito Theóphilo Gaspar de Oliveira. Finalmente, a presidência do Instituto do Ceará foi ocupada nos dois últimos mandatos do século XX, pelo Cel. Paulo Ayrton de Araújo, que desempenhou com muito empenho suas funções.

No decorrer da década de 90, o Instituto deu continuidade a sua atuação cultural, apesar das dificuldades inerentes à realidade político-social por nós vivenciada. A revista continuou sendo publicada anualmente, sem interrupção, e as reuniões bimensais realizadas com regularidade.

Merece destaque os seguintes fatos ocorridos nesse período. Graças ao empenho do sócio efetivo José Liberal de Castro junto a Secretária de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente,

Dra. Marfisa Aguiar (sua ex-aluna na Escola de Arquitetura da UFC) no governo Ciro Gomes, foi conseguida uma ampliação das dependências da Biblioteca, construída em terreno localizado nos fundos do prédio do Instituto, pela Rua Senador Pompeu, adquirido pelo Estado e cedido em comodato à nossa institutição.

Infelizmente, no governo Tasso Jereissati, as mudanças administrativas então ocorridas, nos tirou a presença de três funcionarios da Secretaria de Cultura que davam expediente no Instituto, desfazendo assim um convênio que existia desde a fundação daquela secretaria, em 1967.

Recentemente, o prédio principal do Instituto estava em péssimo estado de conservação, ameaçando ruir o seu teto. Valeu, então, o esforço do Cel. Prof. Paulo Ayrton e a determinação do consócio Melquíades Pinto Paiva que conseguiram através do Vice-Governador Beni Veras, o apoio necessário para sanar aquele problema.

Nesta passagem de século, muitos desafios se apresentam na continuidde da existência da Casa do Barão de Studart. Esperamos que os sócios saibam manter o ideal de bem servir a causa que defenderam os companheiros que nos antecederam.

(Palestra proferida no dia 20 de março de 2000).